



Nota: Mecanismos de controle e redução do desmatamento no Bioma Amazônia Brasileiro

Informamos, de uma forma sintética e resumida, os recentes avanços e novas ferramentas ligados ao setor agropecuário, assim como a atuação do Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS) e de seus membros, no sentido de combater o desmatamento no Bioma Amazônia Brasileiro e aumentar a eficiência na pecuária.

Introdução: Do compromisso do GTPS

O Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS) foi criado no final de 2007 e formalmente constituído em junho de 2009. É formado por representantes de diferentes segmentos que integram a cadeia de valor da pecuária bovina no Brasil. Participam representantes das indústrias e de organizações do setor, produtores e suas associações, varejistas, fornecedores de insumos, bancos, organizações da sociedade civil, centros de pesquisa e universidades.

O objetivo do GTPS é debater e formular, de maneira transparente, princípios, padrões e práticas comuns a serem adotados pelo setor, que contribuam para o desenvolvimento de uma pecuária sustentável, socialmente justa, ambientalmente correta, e economicamente viável. Neste contexto, o envolvimento de todos os segmentos que compõem a cadeia de valor, e também da sociedade civil é fundamental para se atingir este objetivo.

O GTPS assume o compromisso com o desmatamento zero, condicionado à criação de condições e formas de compensação econômica para viabilizá-lo. Isto é fundamental considerando que a legislação brasileira, a mais restritiva do mundo em termos florestais, permite desmatamento legal de até 20% no Bioma Amazônia para uso econômico, sendo que os custos de manutenção dos 80% restantes ficam sob a responsabilidade do proprietário.

O GTPS acredita que tanto um melhor controle do desmatamento como o aumento de eficiência na pecuária e incentivos, são fundamentais para que o objetivo do desmatamento zero seja atingido. Nessas três áreas, o Brasil já conta com instrumentos e iniciativas de sucesso que devem ser conhecidas e que são descritas neste documento.

O GTPS e seus associados tem como premissa a transparência das informações, portanto, estão à disposição para esclarecimentos adicionais com relação às iniciativas citadas a seguir, e disponíveis para troca de informação e experiências com partes interessadas em outros países.

1. Controle de desmatamento

O desmatamento no Bioma Amazônia Brasileiro é fruto de uma dinâmica de ocupação territorial fomentada por sucessivos governos brasileiros nas últimas décadas.

A relação entre desmatamento e pecuária se dá por ser esta uma das atividades econômicas que melhor se adapta às regiões de fronteira. No entanto não se pode creditar o desmatamento a uma única causa. A exploração madeireira, a mineração, a especulação imobiliária, a desorganização fundiária, as grandes obras de infraestrutura alocadas na região, a insegurança jurídica e a falta de governança contribuíram para a complexa dinâmica do desmatamento no norte do país.

Com as crescentes preocupações em torno das mudanças climáticas e conservação da biodiversidade, tanto o setor público como o setor privado evoluíram em seus mecanismos de monitoramento e controle de desmatamento.

Relacionamos abaixo alguns destes avanços:

- a) Monitoramento socioambiental privado: os maiores grupos frigoríficos do país desde 2009 assumiram o compromisso de zerar o desmatamento em suas cadeias de fornecimento, investindo para isso em um sofisticado sistema de monitoramento de desmatamento via satélite de seus fornecedores. Ressaltamos que o sistema agroindustrial da soja também possui uma iniciativa própria de monitoramento de desmatamento e uma moratória contra o desmatamento em sua cadeia de fornecimento.
- b) Programa de Regularização Ambiental (PRA): o Programa de Regularização Ambiental (PRA), dependente de regulamentação da União, é um conjunto de ações ou iniciativas a serem desenvolvidas por proprietários e posseiros rurais com o objetivo de adequar e promover a regularização ambiental.
- c) Cadastro Ambiental Rural (CAR): trata-se de um instrumento previsto no novo Código Florestal. É um cadastro que possibilita a identificação geográfica, via imagem de satélite, das fazendas e seus ativos ambientais remanescentes e a recuperar. O CAR junto com os dados de desmatamento do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) forma um sistema extremamente robusto de comando e controle que permite rápida (online) identificação do desmatamento por fazenda. Todos os imóveis rurais, independentemente do seu tamanho, tem adesão obrigatória no Cadastro Ambiental Rural (CAR) em um ano, a partir da regulamentação do PRA, podendo ser prorrogada por mais um ano.
- d) Código Florestal Brasileiro: sua recente versão aprovada em 2012 põe fim à insegurança jurídica no campo estabelecendo regras claras de proteção florestal em propriedades rurais. Ainda é a legislação florestal mais restritiva e sofisticada no mundo. Não há nenhum outro país que possua uma lei que exige tanto do produtor rural, em termos de proteção de áreas verdes, como o Brasil. A lei prevê a preservação de uma reserva de vegetação dentro de propriedades privadas, em diferentes porcentagens dependendo da região onde está situada, e a proteção de encostas, cursos e fontes de água entre outros.
- e) Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, PPCDAm: Plano lançado em 2004 pelo Ministério do Meio Ambiente que compreende 200 iniciativas de planejamento territorial e mecanismos de fiscalização e controle do desmatamento.
- f) Monitoramento do desmatamento: O INPE, ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, desenvolveu os programas PRODES (Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia) e DETER (Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real) que são sistemas muito avançados de monitoramento do desmatamento com dados confiáveis, públicos e acessíveis que servem ao propósito de orientar as fiscalizações do governo no âmbito do PPCDAm e também as ações privadas para combater o desmatamento. São estes instrumentos que permitem também visualizar os municípios e regiões onde a dinâmica do desmatamento está acelerando ou retrocedendo, estabelecendo assim áreas de risco prioritárias para ações corretivas.

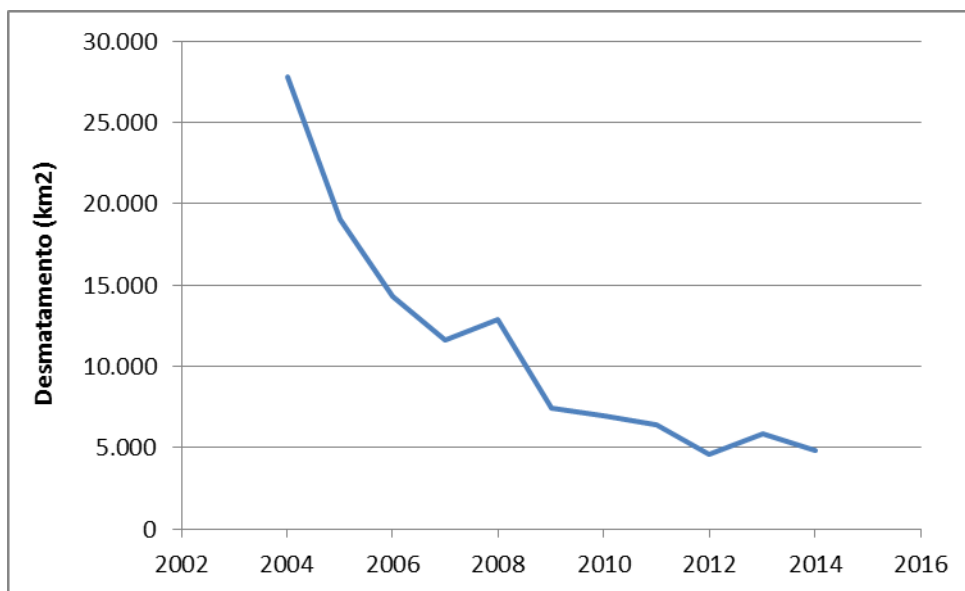


- g) A lista de áreas embargadas do IBAMA: O embargo é uma sanção administrativa e/ou medida administrativa cautelar que tem por objetivo propiciar a regeneração do meio ambiente e dar viabilidade à recuperação da área degradada. A lista com as áreas embargadas é pública, divulgada e atualizada diariamente pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente), e é importante ferramenta no combate ao desmatamento ilegal. Esta lista integra documentos consultados para obtenção de crédito para os proprietários destas áreas. . Com o fim de evolução da lista, a iniciativa privada criou um Grupo de Trabalho com o IBAMA, tendo obtido como resultado a confecção de uma Lista Brasil, que contempla 44 (quarenta e quatro) mil nomes nas 27 (vinte e sete) Unidades da Federação. Outra importante conquista deste grupo foi a possibilidade de emissão de Certidão Negativa Ambiental por CPF (Cadastro de Pessoa Física)
- h) Núcleo de Inteligência Territorial, o NIT: A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) lançaram em outubro de 2012, o Núcleo de Inteligência Territorial. O objetivo da parceria é avaliar políticas para o agronegócio brasileiro a partir do levantamento de dados do território nacional. O conhecimento gerado pelo Núcleo de Inteligência Territorial permitirá a viabilização das estratégias de otimização do uso do solo, possibilitando melhor foco das políticas públicas, redução do risco e melhor alocação do crédito rural. As informações serão disponibilizadas a partir do Sistema de Observação e Monitoramento da Agricultura (SomaBrasil), ferramenta desenvolvida pela Embrapa.
- i) Programa Municípios Verdes (PMV): em 2011, o Estado do Pará iniciou um projeto ambicioso juntamente com entidades públicas, privadas e não-governamentais, com o objetivo de alterar o quadro de devastação da Amazônia e servir de modelo de sustentabilidade, para atingir a meta de desmatamento zero, com foco nos municípios. O PMV, nos municípios aderentes, auxilia no cadastramento das propriedades no CAR – Cadastro Ambiental Rural, além de possuir ações de regularização ambiental, fundiária, redução de desmatamento, intensificação da agropecuária entre outros:
- j) Acordos com Ministério Público Federal: os maiores exportadores de carne bovina do Brasil firmaram acordos com o Ministério Público Federal com o objetivo de evitar a compra de matéria prima originada de áreas de desmatamento ilegal ou protegidas pela legislação (terras indígenas e unidades de conservação). Recentemente, a Associação Brasileira de Supermercados (Abras) também assinou um acordo com o Ministério Público Federal se comprometendo a mobilizar seus associados de todo país a adotar práticas que apoiem a redução do desmatamento e a recuperação de áreas desmatadas no Bioma Amazônia.



Estes instrumentos são muito avançados e sofisticados em comparação com outros países. O resultado somado dessas ações tem levado a sucessivas quedas nas taxas de desmatamento:

Taxas de desmatamento anuais da Amazônia Legal em km²



Fonte: PRODES/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

Outras iniciativas públicas poderiam ser listadas como parte das políticas de desenvolvimento sustentável, como:

- Operação Arco Verde
- Operação Cidadania Xingu
- Programa Mais Alimentos
- Programa Mais Ambiente
- Programa Terra Legal
- Prevfogo
- Plano Brasil Sem Miséria.
- Programa MT Legal

Ressaltamos que vários membros do GTPS estão envolvidos também em iniciativas próprias, e também em parceria com órgãos públicos, no combate ao desmatamento e fomento às boas práticas de produção, à regularização socioambiental de propriedades rurais e certificação socioambiental. Também há um esforço coletivo no aperfeiçoamento de todos os mecanismos e programas citados.

2. Aumento de eficiência na pecuária

Segundo a Embrapa (Source: G.B.Martha Jr et al, Agricultural Systems, v.110, p.173-177, 2012), a decomposição dos fatores de crescimento da produção pecuária entre 1950 e 2006 revela que os ganhos de produtividade explicaram 79% do crescimento na produção, enquanto a expansão de área de pastagem respondeu por menos de 21% desse avanço. No período, esses ganhos de produtividade possibilitaram um expressivo efeito poupa-terra.

Entre 1996 e 2006, o aumento da área de pastagem na Região Norte do Brasil, que inclui 7 estados (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) explicou menos de 6% do crescimento



da produção. Os ganhos de produtividade nessa região promoveram um efeito poupa-terra de 73 milhões de hectares. Portanto o aumento da produtividade e eficiência é um elemento chave na busca do objetivo de redução do desmatamento no Brasil.

Um efeito paralelo do ganho de produtividade pode ser observado em cálculos utilizando séries históricas do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) para a cidade de São Paulo. Em junho de 2010, o item carne valia em termos reais cerca de 30% do valor pago pelos consumidores em novembro de 1973. Em quarenta anos, essa queda de preços tornou um alimento de elevado valor biológico acessível aos mais pobres, atenuou pressões inflacionárias e, pelo efeito-renda da demanda, em especial na população de renda mais baixa, dinamizou outros setores da economia.

É possível que o incremento de produtividade acelerado na pecuária nos últimos anos tenha sido forçado principalmente pelo mercado. Com margens mais estreitas, produtores são forçados a intensificar sua atividade. No entanto, este aumento de eficiência na pecuária é desigual, pois depende da capacidade dos pecuaristas em acessar tecnologia e crédito. Um grande volume de produtores nunca teve e ainda não tem acesso nem a um, e nem a outro. Sem investimento, a consequência é a degradação de pastagens e a baixa produtividade, e a consequente pressão pela expansão em novas áreas.

Algumas iniciativas brasileiras que contribuem para o aumento de produtividade:

a) Plano ABC (Agricultura de Baixo Carbono): É um dos planos setoriais de mitigação e de adaptação às Mudanças Climáticas estabelecido pelo Governo Federal Brasileiro como parte da “Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC”, lançada após o compromisso voluntário do Brasil na COP15. Entre seus objetivos para a agropecuária estão incentivos para:

- Recuperação de Pastagens Degradadas;
- Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) e Sistemas Agroflorestais (SAFs);
- Sistema Plantio Direto (SPD)
- Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN)
- Florestas Plantadas
- Tratamento de Dejetos Animais

O Plano prevê a recuperação de pelo menos 15 milhões de hectares de pastagens degradadas. Para isso criou-se uma linha de crédito agrícola (Programa ABC) para financiamento de tecnologias sustentáveis, com oferta de R\$ 4,5 bilhões (em 2014), juros 5% a.a. O total estimado do Programa ABC prevê R\$ 197 bilhões para a agricultura de baixo carbono até 2020.

b) Pesquisa e Desenvolvimento: a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), em seus 40 anos de história foi responsável pelo desenvolvimento pioneiro de uma tecnologia em agricultura e pecuária em ambiente tropical que é a mais avançada do mundo. A tecnologia desenvolvida na Embrapa transformou o Brasil de importador de alimentos a um dos maiores exportadores de alimentos do mundo.

c) Investimento em Genética: 80% do rebanho brasileiro tem sangue zebuino. Depois de quase 100 anos de seleção, o Brasil hoje conta com o melhor polo de genética zebuina do mundo.

d) Projeto Biomas: O Projeto Biomas é fruto de uma parceria entre a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Tem por objetivo

viabilizar soluções técnico-científicas para a proteção e o uso sustentável de paisagens rurais nos diferentes biomas brasileiros, por meio da implantação de uma rede nacional de pesquisa.

e) Programa Novilho Precoce: O Novilho Precoce do Mato Grosso do Sul é um programa de isenção fiscal que tem por objetivo estimular a produção de um animal em menor tempo. O programa premia um animal precoce, o que na prática significa estimular a melhoria de genética, pastagens, sanidade, mão de obra e gestão. Com 20 anos de experiência e sucesso, o Novilho Precoce tem trazido benefícios ao governo, indústria, varejo e produtor.

f) Pecuária Sustentável na Prática: As discussões do GTPS levaram à elaboração de um projeto amplo de capacitação de extensionistas em pecuária e de disseminação de resultados através de unidades demonstrativas em regiões estratégicas. É uma metodologia testada com sucesso em outras áreas no Brasil e que pode efetivamente transformar o cenário da pecuária nessas regiões. O GTPS desenvolveu indicadores próprios para mensurar esta transformação, em uma discussão ampla e participativa. Este projeto foi submetido ao FSP - *Farmer Support Programme*, que é gerenciado pela Fundação Solidaridad para captação de recursos e foi aprovado em junho de 2013.

São ao todo 7 (sete) projetos em 5 (cinco) estados brasileiros englobando mais de 856 (oitocentos e cinquenta e seis) produtores em mais de 777.000 (setecentos e setenta e sete mil) hectares trabalhados. Para aprovação dos €927.764 (novecentos e vinte e sete setecentos e sessenta e quatro) mil euros junto ao fundo, foi necessário a união de diversos parceiros em todos os elos para levantar uma contrapartida financeira de €851.317 (oitocentos e cinquenta e um trezentos e dezessete) mil euros e €1.696.099 (um milhão seiscentos e noventa e seis e noventa e nove) milhões de euros em contrapartida de gênero.

As estratégias do Programa são:

- Desenvolver e testar ferramentas e mecanismos para a divulgação de boas práticas de gestão, incentivos para os produtores, indicadores de progresso e os mecanismos de divulgação.
- Aprender e construir a partir das experiências locais dos membros do GTPS.
- Engajar as partes interessadas para permitir empoderamento das ferramentas e proporcionar capacidade de depois replicar e ganhar escala.

g) Inúmeras outras iniciativas privadas visam o aumento de eficiência na produção pecuária.

Algumas delas:

- Acrimat em ação (Acrimat)
- Equipes de fomento de frigoríficos (Marfrig, JBS, Minerva)
- Pecuária orgânica no Pantanal (WWF, ABPO, Korin, Embrapa Pantanal)
- Projeto Pecuária Verde (Dow, TNC, Imazon, Fundo Vale, Sindicato e Prefeitura de Paragominas)
- Projeto Novilho Precoce/ Garantia de Origem (Carrefour, ASNP)
- Pró-Genética (ABCZ)
- Programa de Boas Práticas Agropecuárias - BPA (EMBRAPA)
- Parceria ICV, Fundação Moore, Prefeitura de Alta Floresta, Embrapa e JBS
- São Félix do Xingu (Walmart, TNC, Marfrig, Sindicato dos Produtores Rurais)
- Mais Inovação (Famasul-MS)
- Certificação socioambiental – Lançamento da primeira carne certificada no mercado brasileiro (Imaflora, Grupo JD, Carrefour, Marfrig)



GTPS
Grupo de Trabalho da
Pecuária Sustentável

www.pecuariasustentavel.org.br
secretariado@pecuariasustentavel.net

- Adequação ambiental de produtores familiares em São Felix do Xingu, (Imaflora, Fundo Vale, NWF)
- CCS – Cadastro de Compromisso Socioambiental da Aliança da Terra

A tecnologia e o crédito existem. O desafio continua a ser o de democratizar o acesso a esses instrumentos para que a transformação da pecuária seja mais generalizada e efetiva.

O Brasil tem desenvolvido um sistema robusto de governança para monitorar e controlar o desmatamento no Bioma Amazônia, que contribuiu para a queda drástica do desmatamento nos últimos anos. Para o desafio do aumento da produtividade e eficiência da pecuária e recuperação das áreas degradadas temos que superar ao menos 3 grandes desafios: financeiro (financiamento para a recuperação de pastagens degradadas), tecnológico e extensão rural. Há ainda muito a ser feito e nesse sentido a ajuda externa deveria estar focada.



Referências

Código Florestal:

<http://www.canaldoprodutor.com.br/codigoflorestal>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12727.htm

PPCDAm:

<http://www.mma.gov.br/florestas/control-e-preven%C3%A7%C3%A3o-do-desmatamento/plano-de-a%C3%A7%C3%A3o-para-amaz%C3%B4nia-ppcdam>

IBAMA:

<http://www.ibama.gov.br/>

http://siscom.ibama.gov.br/geo_sicafi/

INPE:

<http://www.inpe.br/>

<http://www.obt.inpe.br/prodes/index.php>

<http://www.obt.inpe.br/deter/>

NIT:

<http://www.sae.gov.br/site/?p=13702>

Municípios Verdes:

<http://municipiosverdes.com.br/>

<http://www.sema.pa.gov.br/interna.php?idconteudocoluna=6317>

Plano ABC:

<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/plano-abc>

Embrapa:

<http://www.embrapa.br/>

Projeto Biomas

<http://www.projetobiomas.com.br/>

Novilho Precoce

<http://www.novilhoms.com.br/institucional/legislacao>

<http://www.seprotur.ms.gov.br/index.php?inside=1&tp=3&show=998>

GTPS

<http://www.pecuariasustentavel.org.br/>